



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 087/2024 SRP 031/2024

#### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de óleos lubrificantes, aditivos, fluidos, graxas, materiais de limpeza e correlatos para manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos pertencentes à frota do município de São Geraldo/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<b>ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 15W40</b> (motor Álcool / Gasolina). Lubrificante semissintético multivisco para uso em motores a gasolina, etanol, flex e GNV (injeção eletrônica, turbo alimentados e multiválvulas). Que seja compatível com conversor catalítico. Análises Típicas igual ou superior: Densidade a 20/4°C 0,8756; Ponto de Fulgor (VA) (°C) 235, Ponto de Fluidez (°C) -27; Viscosidade a 40 /C (cSt) 103,4; Viscosidade a 100°C (cSt) 14,0; Índice de Viscosidade 137; Cinzas Sulfatadas (%peso) 0,79. Similar ou superior às marcas Texaco, Lubrax, Shell, Mobil. <b>Frasco 01 litro</b>	FRASCO	250	R\$30,90	R\$ 7.725,00
2	<b>ÓLEO LUBRIFICANTE MINERAL 2T</b> Para motores e motocicletas, motosserras, cortadores de gramas e pequenos geradores, especificação (API TC) viscosidade SAE30. Análises Típicas igual ou superior: Densidade a 20/4°C 0,8839; Ponto de Fulgor (VA) (°C) 88; Ponto de Fluidez (°C) -21; Viscosidade a 40°C (cSt) 94,6; Viscosidade a 100°C (cSt) 11,5; Índice de Viscosidade 110. Cinzas Sulfatadas (%peso) 0,16. Similar ou superior às marcas Texaco, Lubrax, Shell, Mobil. <b>Frasco de 500ml.</b>	FRASCO	50	R\$21,57	R\$ 1.078,50
3	<b>ÓLEO HIDRÁULICO 68</b> - Fluido hidráulico que evita desgaste e a corrosão das peças lubrificadas, alta resistência à oxidação e a formação de espuma, para sistema hidráulicos industriais em geral de alta pressão e temperatura, como os de máquinas agrícolas, tratores e escavadeiras. Especificação (DIN 51524 Parte 2, Categoria HLP) viscosidade 68. Análises Típicas igual ou superior: Grau ISO; Densidade a 20/4°C 0,877; Ponto de Fulgor (VA) (°C) 224; Ponto de Fluidez (°C) -27; Viscosidade a 40°C (cSt) 66,9; Viscosidade a 100°C (cSt) 11,8; Índice de Viscosidade 173; Índice de Acidez Total (mgkOH/g) 0,40. Similar ou superior às marcas Texaco, Lubrax, Shell, Mobil. <b>Balde de 20 litros.</b>	BALDE	130	R\$394,58	R\$ 51.295,40
4	<b>ÓLEO LUBRIFICANTE SINTÉTICO SAE 5W30</b> - Óleo Lubrificante sintético, para motores a gasolina e a Diesel, com ou sem turbo compressor, de injeção direta, equipados ou não com catalisador. Aprimorar o funcionamento dos sistemas antipoluição e melhoria dos níveis de rendimento do motor. Grande resistência a oxidação. Especificação	FRASCO	50	R\$53,33	R\$ 2.666,50



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



	(ACEA C3 API SN/CF) viscosidade SAE 5W30. Balde com 20 litros. Análises Típicas igual ou superior: Densidade a 20/4°C 0,8574; Ponto de Fulgor (VA) (°C) 222; Ponto de Fluidez (°C) -42; Viscosidade a 40°C (cSt) 72,7; Viscosidade a 100°C (cSt) 12,1; Índice de Viscosidade 165; Cinzas Sulfatadas (%peso) 1,0; Índice de Basicidade Total (mgKOH/g) 13,0. De 1ª qualidade, similar ou superior às marcas Texaco, Lubrax, Shell, Mobil. <b>Frasco 01 litro.</b>				
5	<b>ÓLEO SAE 140 GL5</b> - Óleo para engrenagens e câmbio; lubrificante para engrenagens hipóides em geral, de eixos traseiros, caixas de mudança e de engrenagem. Evita o desgaste e a corrosão das partes lubrificadas. Especificação (API GL-5): viscosidade SAE 140 GL5. Similar ou superior às marcas Texaco, Lubrax, Shell, Mobil. <b>Balde de 20 litros.</b>	BALDE	10	R\$664,84	R\$ 6.648,40
6	<b>ADITIVO ARLA</b> - Agente Redutor líquido automotivo para óleo S10. Solução aquosa com concentração de 32,5%, em massa, de ureia técnica de alta pureza em água desmineralizada, conforme NBR ISO 22.241. <b>Balde de 20 litros.</b>	BALDE	100	R\$132,47	R\$ 13.247,00
7	<b>ÓLEO DE MOTOR 20W50</b> - Lubrificante multiviscoso para motos. Formulação adequada para assegurar a limpeza e a proteção do motor. <b>Embalagem de 1 litro.</b>	UNID.	50	R\$26,71	R\$ 1.335,50
8	<b>ÓLEO HIDRÁULICO 46</b> - PARA SISTEMA HIDRÁULICOS de alta pressão e temperatura. Evita o desgaste e a corrosão das peças lubrificadas, tem resistência à oxidação e a formação de espuma. Antiferrugem, antioxidante e abaixador do ponto de fluidez. Especificação (DIN 51524 Parte 2, Categoria HLP) viscosidade 46. Análises Típicas igual ou superior: Grau Isso 46. Densidade a 20/4°C 0,879. Ponto de Fulgor (VA) 240. Ponto de Fluidez -18. Viscosidade a 40°C (cSt) 44,0. Viscosidade a 100°C (cSt) 6,60. Índice de Viscosidade 101. Índice de Acidez Total (mgKOH/g) 0,31. Demulsibilidade (tempo de separação) a 54°C 23 min. a 82°C. Similar ou superior às marcas Texaco, Lubrax, Shell, Mobil. <b>Balde de 20 litros.</b>	BALDE	5	R\$473,93	R\$ 2.369,65
9	<b>ÓLEO LUBRIFICANTE 10W30 P/ TRATORES</b> - Fluido universal para tratores de alto desempenho, recomendado para uso simultâneo nos sistemas de transmissão, hidráulicos e de freio. Alta resistência a oxidação e a formação de espuma; evita desgaste e a corrosão dos equipamentos, reduz o nível de ruído na operação dos sistemas de freio em óleo. Especificação (AZUL) (AGCO Fluid 821XL, Alison C-4, API GL-4CNH) viscosidade 10W-30. Análises Típicas igual ou superior: Cor Visual Azul; Densidade Relativa 20/4°C 0,882; Viscosidade Cinemática 100°C 10,8; Viscosidade Cinemática 40°C 58; Índice de Viscosidade 177; Ponto de Fulgor 220; Ponto de Fluidez -45. Similar ou superior às marcas Texaco, Lubrax, Shell, Mobil. <b>Balde de 20 litros.</b>	BALDE	30	R\$418,86	R\$12.565,80
10	<b>ÓLEO TURBO 15W40</b> - lubrificante mineral multiviscoso de alto desempenho para uso em motores a diesel turbinados, que operam em condições severas. Controla formação de depósitos no motor e nos filtros, reduz o desgaste e a corrosão das partes lubrificadas, com aditivação que garante	BALDE	150	R\$532,50	R\$ 79.875,00



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



	baixa oxidação. Especificação (API CI-4/SI, viscosidade SAE 15W-40. Análises Típicas igual ou superior: Densidade a 20/4°C 0,8830. Ponto de Fulgor (VA) (°C) 226. Ponto de Fluidez (°C) -33. Viscosidade a 40°C (cSt) 107,2. Viscosidade a 100°C (cSt) 15,3. Índice de Viscosidade 142. Cinzas Sulfatadas (%peso) 1,17. Índice de Basicidade Total (mgKOH/g) 11,0. Similar ou superior às marcas Texaco, Lubrax, Shell, Mobil. <b>Balde de 20 litros.</b>				
11	<b>ADITIVO FLUIDO PARA RADIADOR (ROSA)</b> - Fluido aditivo orgânico, pronto para uso, com formulação balanceada à base de glicol e inibidores de corrosão híbridos. Solução arrefecedora que protege o sistema de arrefecimento contra corrosão superaquecimento e cavitação. <b>Embalagem de 1 litro.</b>	UNID	100	R\$35,91	R\$ 3.591,00
12	<b>FLUIDO DE FREIO DOT 3</b> - Recomendado para os sistemas hidráulicos de freios e embreagens. Embalagem de 500 ml.	UNID	35	R\$28,26	R\$ 989,10
13	<b>FLUÍDO SINTÉTICO DOT 4</b> - de alto ponto de ebulição, que atende especificação, para uso em sistema de freios a disco ou tambor (com ou sem ABS) de veículos automotivos. Especificação (FMVSS-116 DOT4, ABNT NBR 9292 EB 155/1991 Tipo 4 e MBB DBL 7760.30) viscosidade SAE J 17003. Similar ou superior às marcas Texaco, Lubrax, Shell, Mobil. <b>Frasco de 500ml.</b>	FRASCO	80	R\$35,61	R\$ 2.848,80
14	<b>Graxa de lítio</b> - múltiplas aplicações, inibidores de oxidação e corrosão. Recomendada para lubrificação de equipamentos automotivos, boa resistência a lavagem por água e estabilidade ao cisalhamento. Utilizada em rolamentos, juntas universais, cubos de rodas e deslizamento, mancais planos inclusive de equipamentos industriais. Viscosidade NLGI 2. Similar ou superior às marcas Texaco, Lubrax, Shell, Mobil. <b>Tambor de 170 quilos.</b>	TAMBOR	2	R\$858,57	R\$ 1.717,14
15	<b>Óleo SAE 20W30 THF</b> - evita o desgaste e a corrosão das partes lubrificadas, garante a baixa suscetibilidade à decomposição oxidativa como também propriedades de extrema pressão e baixo nível de ruído na operação de sistemas de freio em óleo. Utiliza nos sistemas de transmissão, hidráulicos e de freio, em óleo, de tratores de várias marcas. Especificação (M 1143) SAE 20W30 THF. Análises Típicas igual ou superior: Densidade, @ 20/4°C 0,8897. Ponto de Fulgor (VA) (°C) 254. Ponto de Fluidez (°C) -24. Viscosidade Cinemática, @ 40°C (cSt) 92,9. Viscosidade Cinemática, @ 100°C (cSt) 10,85. Viscosidade Dinâmica ("CCS"), @ -15°C; Índice de Viscosidade 101. Corr. Em Lâm. De Cobre @ 3Hs e 100°C 1b. FZG, Estágio de Falha 9. Similar ou superior às marcas Texaco, Lubrax, Shell, Mobil. <b>Balde de 20 litros.</b>	BALDE	5	R\$519,58	R\$ 2.597,90
16	<b>ÓLEO SAE 90 GLS</b> - Óleo para engrenagem – Universal. Óleo lubrificante de externa pressão, para transmissões mecânicas, pode ser utilizado em diversas aplicações. Especificação (API GL-5; MIL-L-2105A) viscosidade SAE 90GL5. Similar ou superior às marcas Texaco, Lubrax, Shell, Mobil. <b>Balde de 20 litros.</b>	UNID	8	R\$559,33	R\$ 4.474,64
17	<b>ANTI-FERRUGEM / DESENGRIPANTE</b> - Lubrificante multiuso, atuando em toda área da construção civil, onde há a necessidade de	FRASCO	70	R\$12,90	R\$ 903,00



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



	lubrificação e proteção contra o efeito da oxidação em materiais, equipamentos e superfícies metálicas; solta porcas e parafusos enferrujados com facilidade. Spray. <b>Frasco de 300 ml.</b>				
18	<b>LIMPA BAÚ</b> - Desincrustante líquido, detergente ácido, concentrado, não inflamável, para remoção de óxidos e incrustações, fácil solubilidade e detergência. <b>Tambor com 200 litros.</b>	TAMBOR	15	R\$491,18	R\$ 7.367,70
19	<b>LIMPA CONTATOS ELÉTRICOS</b> -Solução para eliminação de resíduos que prejudicam os contatos elétricos e eletrônicos; Características: Recupera a condutividade dos contatos, não propaga corrente elétrica, limpa e seca instantaneamente. <b>Embalagem spray 300 ml.</b>	UNID	20	R\$19,23	R\$384,60
20	<b>SHAMPOO NEUTRO</b> - para lavagem automotiva, com PH neutro, concentrado, não mancha, biodegradável, isento de compostos salitrados, atua em qualquer dureza de água, não danifica borrachas, plásticas e vinil. <b>Embalagem de 50 litros</b>	EMBALAGA EM	15	R\$96,82	R\$1.452,30
21	<b>SOLUPAN:</b> É um produto recomendado para aplicação em locais onde há necessidade de alta capacidade desengraxe de forma rápida de sujeiras pesadas como graxas óleos resíduos betuminosos e gorduras de todos os tipos sua baixa espumação proporciona uma grande economia de água no final da lavagem. (Embalagem de 50 litros)	EMBALAGA EM	7	R\$118,63	R\$830,41
22	<b>ÓLEO 10W30 P/ MOTOS</b> - Óleo semissintético multiviscoso 10w30 4t Mx prioritariamente on-road. Motor a gasolina. Proteção antidesgaste. Propriedades de fricção para um desempenho adequado de embreagem n Formulação de alta resistência ao cisalhamento para manutenção do grau de viscosidade. Viscosidade SAE: 10W-30. Viscosidade (ASTM D 445): cSt à 40°C 71.5. CSt à 100°C 10.6. Índice de Viscosidade (ASTM D 2272): 136. Viscosidade CCS cP à -25°C (ASTM D 5293): 6210. Ponto de Fluidez (°C, ASTM D 97): -36. Ponto de Fulgor (°C, ASTM D 92): 235.Densidade g/ml à 15°C (ASTM D 4052): 0.8619. <b>Embalagem com 01 Litro.</b>	UNID	50	R\$40,31	R\$2.015,50
23	<b>ÓLEO 5W40 SINTÉTICO</b> - Lubrificante semissintético multiviscoso para uso em motores a gasolina, etanol, flex e GNV (injeção eletrônica, turbo alimentados e multiválvulas). Que seja compatível com conversor catalítico. Análises Típicas igual ou superior: Densidade a 20/4°C 0,8756; Ponto de Fulgor (VA) (C°) 235, Ponto de Fluidez (C°) -27; Viscosidade a 40 /C (cSt) 103,4; Viscosidade a 100°C (cSt) 14,0; Índice de Viscosidade 137; Cinzas Sulfatadas (%peso) 0,79. Similar ou superior às marcas Texaco, Lubrax, Shell, Mobil. <b>Embalagem de 01 litro.</b>	UNID	50	R\$39,62	R\$ 1.981,00
24	<b>ÓLEO HIDRÁULICO ATF</b> - para transmissões automáticas e sistema de direção hidráulica e garfo de motocicletas (óleo vermelho tipo A sufixo A) viscosidade SAE 50. Análises Típicas igual ou superior: Densidade @ 20/4°C 0,8956; Ponto de Fulgor (°C) 278; Ponto de Fluidez (°C) -24; Viscosidade Cinemát., @ 40°C (cSt) 234,7; Viscosidade Cinemát., @ 100°C (cSt) 19,99; Índice de Viscosidade 98; Viscosidade Dinâm. Brook., @:15°C (cP) 134.500; -10 (cP). Similar ou superior às	UNID	50	R\$47,29	R\$2.364,50



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



	marcas Texaco, Lubrax, Shell, Mobil. <b>Frasco 500 ml.</b>				
25	<b>Óleo SAE 50:</b> É um lubrificante de alta performance formulado para proporcionar proteção superior e desempenho em motores a diesel e sistemas de transmissão de veículos pesados. Atende às especificações API CF. <b>(Frasco de 1 litro)</b>	UNID	50	R\$25,69	R\$1.284,50
Valor total por extenso: <b>Duzentos e treze mil, seiscentos e oito reais e oitenta e quatro centavos.</b>					<b>R\$ 213.608,84</b>

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como de natureza comum, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do [art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

1.3. O objeto desta contratação é de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades à qual se destina, não se enquadrando como bem de luxo, conforme dispõe o [art. 20 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

1.4. O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze)** meses contados a partir da publicação do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 4.1. Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Bens que possuam em sua fabricação elementos/critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

### Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação foram indicadas marcas de referência, por ser aquelas que atendem aos requisitos técnicos estabelecidos e por serem reconhecidas no mercado como sinônimo de qualidade e confiabilidade.



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



## Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. A presente contratação não indicará quais marcas serão impedidas de fornecimento, contudo, se alerta quanto as especificações dos objetos elencados no item 1.1, como critério de aceitação da proposta.

## Da exigência de amostra

4.4. Dada a natureza do objeto e suas particularidades, este certamente não exigirá amostra como critério de aceitação de proposta.

## Subcontratação

4.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## Garantia da contratação

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, dada as características do objeto e do tipo de fornecimento.

4.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos produtos é de **10 (dez) dias úteis**, contados da emissão da Ordem de Fornecimento, em remessa única.

5.1.1. Considera-se como data do recebimento da Ordem de Fornecimento:

- a) O primeiro dia útil seguinte ao do envio do e-mail, no caso de ordem de fornecimento enviada por e-mail;
- b) O dia do recebimento, no caso de ordem de fornecimento entregue pessoalmente;
- c) O dia do recebimento da correspondência, no caso de ordem de fornecimento enviada por meio postal.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os produtos deverão ser entregues na **Garagem do Município**, localizada na a rua Coronel Bittencourt, nº 140, Centro, São Geraldo/MG, no horário de 07h30min às 15h30min, de segunda a sexta-feira, com comunicação e agendamento prévios pelo telefone (32) 98417-9776 e pelo e-mail [frotas@saogeraldo.mg.gov.br](mailto:frotas@saogeraldo.mg.gov.br).

5.4. A entrega deverá ocorrer conforme informações e orientações constantes na Ordem de Fornecimento, emitida pelo Setor de Compras do Município.

5.5. A Prefeitura não está obrigada a adquirir a totalidade dos itens licitados. O pedido/requisição/ordem de fornecimento será realizado de acordo com a necessidade do setor requisitante.





# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



- 5.6. A empresa contratada deverá fornecer os óleos lubrificantes, aditivos, fluidos, graxas, materiais de limpeza e correlatos conforme as especificações acordadas e padrões de qualidade acordados, seguindo as normas de segurança vigentes, sem nenhum ônus adicional à Contratante.
- 5.7. A empresa também será responsável por todos os custos de transporte e logística relacionados à entrega dos produtos, e deverá garantir o cumprimento do contrato, prestando todos os esclarecimentos necessários e atendendo eventuais reclamações da Contratante.
- 5.8. Os produtos ofertados deverão estar de acordo com os padrões e normas brasileiras vigentes e conforme as especificações contidas neste Termo de Referência. Especificamente no que diz respeito aos itens de óleos lubrificantes e graxas, devem estar em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Resolução nº 804, datada de 20 de dezembro de 2019, emitida pela Agência Nacional do Petróleo – ANP. Além disso, devem ser entregues devidamente embalados e rotulados de acordo com as exigências do contratante.
- 5.9. O prazo de validade dos produtos deverá ser de pelo menos 2/3 (dois terços) do prazo total recomendado pelo(a) fabricante e não inferior a 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de entrega ao Contratante.
- 5.10. Os óleos lubrificantes deverão estar devidamente registrados na ANP – Agência Nacional de Petróleo, conforme legislação vigente, cujo número deverá constar na proposta a ser apresentada pelas licitantes.
- 5.11. Os produtos deverão apresentar nas embalagens informações referentes à origem e às características do produto, em português, constando em seus rótulos, no que couber:
- 5.11.1. Origem do produto, campo de aplicação, finalidade/benefícios, advertências e precauções;
  - 5.11.2. Para óleo lubrificante, o grau de viscosidade segundo as normas SAE J300/J306 (Society of Automotive Engineers) ou ISO (International Organization for Standardization), em suas últimas versões;
  - 5.11.3. Para graxa, o grau de consistência NLGI (National Lubricating Grease Institute);
  - 5.11.4. Para óleos multiviscosos, deverá ser indicado sempre o grau SAE mais restritivo;
  - 5.11.5. Os níveis de desempenho;
  - 5.11.6. Em caso de produto nacional, a razão social e o nº de inscrição no CNPJ do produtor, indicando de forma expressa que se trata do produtor;
  - 5.11.7. Em caso de produto importado:
    - a) O nome e o país de origem do produtor, indicando de forma expressa que se trata do produtor;
    - b) A razão social e o nº de inscrição no CNPJ do importador, indicando de forma expressa que se trata do importador;
  - 5.11.8. A razão social, o nº de inscrição no CNPJ e o endereço do detentor de registro, indicando de forma expressa que se trata do detentor;
  - 5.11.9. O nome e o número de inscrição no Conselho Regional de Química do responsável técnico
  - 5.11.10. A marca comercial deverá ser informada no rótulo ou contrarrótulo conforme registrada na ANP;
  - 5.11.11. O número do registro do produto na ANP;
  - 5.11.12. A quantidade embalada;



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



5.11.13. A orientação quanto à destinação do produto e da embalagem após sua utilização, conforme legislação federal vigente;

5.11.14. O prazo de validade; e

5.11.15. A observação em destaque: "SIGA AS RECOMENDAÇÕES DO FABRICANTE DO VEÍCULO OU EQUIPAMENTO".

- a) A identificação do lote e da data de fabricação deverá ser impressa na embalagem ou no rótulo durante o processo de envasilhamento.
- b) Os lubrificantes para motores de dois tempos e para transmissões automáticas estão dispensados de indicar o grau SAE no rótulo.

5.11.16. Nível de desempenho (API, ACEA, JASO, NMMA ou especificações dos fabricantes de motores).

5.11.17. Os produtos ofertados deverão conter as especificações técnicas e informações exigidas pela legislação pertinente, tais como: marca, modelo, fabricante, nacionalidade, medidas, data de validade.

5.12. A contratada deverá entregar o produto na marca cotada na proposta, excepcionalmente, mediante autorização prévia e formal do Município, poderão ser entregues materiais de marcas/fabricantes diferentes da indicada originalmente na proposta, sempre avaliados os motivos para tanto e a critério EXCLUSIVO do Município, desde que verificada a igualdade de preços ou a redução do substituto em relação ao substituído, sendo que na hipótese de majoração de preços, a substituição somente será autorizada caso a diferença seja arcada pelo fornecedor.

5.13. A troca de marca, só poderá ocorrer, caso a empresa apresente justificativa da indústria, da não fabricação dos materiais ou falta de matéria prima.

5.14. A empresa vencedora será responsável por monitorar se o transporte dos materiais, mesmo em caso de terceirização para transportadoras.

5.15. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias. Os produtos que não possuem embalagem secundária individual deverão ser separados em embalagens próprias.

5.16. Os dados constantes na embalagem de transporte, no que se refere a lote, data de validade e fabricação, nome do produto, quantitativo e etc., deverão corresponder ao conteúdo interno da mesma, as embalagens primárias e de consumo.

5.17. Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica o proponente obrigado a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para o Município, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data de notificação.

5.18. Em caso de recebimento do produto com embalagens danificadas, a licitante deverá substituir integralmente o quantitativo reprovado, correndo por sua conta todas as despesas de devolução e reposição.

## Garantia, manutenção e assistência técnica

5.19. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e suas alterações ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.





# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

### a) Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#))
- 6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- 6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### Fiscalização Administrativa

- 6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

## Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

7.1. Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até cinco (5) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

## Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até **10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

## Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, devendo ser observado o que consta no comunicado da **Diretoria de Finanças e no Decreto Municipal 257/2023**.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



## Antecipação de pagamento

7.24. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento, seja parcial/total, conforme as regras previstas no presente tópico.

## Cessão de crédito

7.25. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.25.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.26. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.27. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme [o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.28. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.29. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

8.2. A proposta da empresa licitante deverá incluir todos os custos de transporte, carga, descarga, seguro e quais quer outras despesas para o fornecimento do objeto.

8.3. O licitante deverá fornecer junto à sua proposta o endereço eletrônico para qual poderão ser encaminhadas as Ordens de Fornecimento, bem como a Administração manterá como canal de comunicação oficial.



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



8.4. No modelo proposto deverá ser indicado o responsável pelo atendimento comercial ao Município, contendo nome completo do responsável, telefone fixo, telefone celular, e-mail e dados bancários para pagamento.

8.5. A proposta deverá conter Marca/Fabricante dos produtos aos quais a contratada deverá entregar conforme ordem de fornecimento, além do número de registro do produto na Agência Nacional Do Petróleo, Gás Natural E Biocombustíveis - ANP, ou comprovação de sua dispensa.

## Forma de fornecimento

8.6. O fornecimento do objeto será parcelado, conforme as necessidades da Administração, não estando obrigado a adquirir a totalidade dos itens.

## Exigências de habilitação

8.7. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

8.8. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.9. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.10. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.11. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.12. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.13. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;





# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



- 8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital e Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## Qualificação Econômico-Financeira

- 8.22. Em virtude da natureza desta licitação, que se destina à contratação de bens e serviços, inclusive para entrega imediata, a documentação exigida para a qualificação econômico-financeira dos licitantes será restrita à apresentação da "Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial", conforme preconizado pela Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005. Tal certidão deve ser emitida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica licitante, devendo ser apresentada dentro do período de validade de 90 (noventa) dias a contar da data de sua emissão ou dentro do prazo de validade especificamente declarado no documento.
- 8.23. Consequentemente, fica dispensada a exigência de entrega dos demais documentos contábeis para a habilitação econômico-financeira, inclusive em observância ao disposto no art. 70, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, salvo se a natureza e complexidade do objeto contratual justificarem a exigência do Balanço Patrimonial dos últimos dois exercícios financeiros. Nesses casos, deverá ser assegurado que tal exigência cumpra os critérios de razoabilidade e proporcionalidade, sem restringir indevidamente a competitividade do certame, conforme o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e os princípios da Administração Pública. A justificativa para a exigência do Balanço Patrimonial deverá estar claramente fundamentada no instrumento convocatório, demonstrando a pertinência da exigência em relação à natureza do objeto da licitação.
- 8.24. Essa cláusula fundamenta-se no entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a necessidade de equilíbrio nas exigências de qualificação econômico-financeira. Baseia-se em jurisprudência consolidada, como os Acórdãos 1214/2013-TCU-Plenário, 2763/2016-TCU-Plenário e 1.335/2010-TCU-Plenário, que reforçam a importância de não estabelecer exigências que comprometam a competitividade da licitação.



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 213.608,84 (Duzentos e treze mil, seiscentos e oito reais e oitenta e quatro centavos)**, conforme custos unitários apostos na pesquisa de preço consolidada, juntada aos autos do processo.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

10.2. A contratação será atendida pela dotação orçamentária juntada aos autos do processo pela Contabilidade Municipal.

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

10.4. O foro competente para dirimir as controvérsias do presente processo é o da Comarca de Visconde do Rio Branco-MG, Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 2º da Lei Federal nº10.153/2.009 ou do art. 59, da Lei Complementar Estadual nº059/2001.

São Geraldo/MG, 16 de setembro de 2024.

**Jonas Batalha Silveira**  
Gerente de Transportes  
Município de São Geraldo